



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Zahkomipdte -Transparência - Integridade

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NO SECTOR PÚBLICO

Indústria Extractiva



Edição Nº 09 | 27 Julho de 2025 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

REVISÃO DO QUADRO LEGAL DAS ÁREAS DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E GÁS EM MOÇAMBIQUE

- Uma Oportunidade para Corrigir ou um Risco para Capturar o Futuro de Moçambique?

Por: Rui Mate

1. INTRODUÇÃO

Moçambique encontra-se numa encruzilhada histórica. Com a revisão da Lei de Minas, da Lei dos Petróleos e a proposta de uma nova Lei de Conteúdo Local em cima da mesa, o país tem uma oportunidade única de definir o seu futuro. Pode-se construir um futuro onde a riqueza dos recursos naturais se traduz em desenvolvimento real para todos os moçambicanos, ou aprofundar um modelo que, historicamente, tem beneficiado uma elite, deixando o povo à margem. O Governo fala em modernização, mas as propostas apresentadas contêm armadilhas perigosas que ameaçam a soberania e o desenvolvimento. A Assembleia da República, o sector privado nacional e a sociedade civil no geral têm a obrigação de estar alerta e exigir mais.

Este texto procura mostrar que a revisão das leis de mineração, petróleo e gás em Moçambique é uma escolha decisiva: ou seguimos um caminho de regras claras, transparência e benefício público, ou aprofundamos um modelo que favorece a poucos, à custa de todos. A análise que se apresenta propõe soluções concretas para evitar a captura do Estado e garantir que os recursos do país sirvam, de facto, o interesse nacional.

2. O Problema Central – Leis que Abrem a Porta à Ineficiência e à Captura do Estado

Analisando as três propostas de lei emerge um padrão preocupante. Em vez de criarem regras claras, transparentes e de aplicação previsível, ou seja, que funcionam por si só, sem depender de decisões arbitrárias ou de burocracias complexas, as novas leis insistem em modelos de intervenção estatal complexos, ineficientes e perigosos. Estes modelos concentram um poder excessivo e discricionário nas mãos de uma minoria, criam “elefantes brancos” (projectos e entidades insustentáveis) e abrem a porta à corrupção e à captura de valor por interesses privados em detrimento do interesse público.

As propostas, embora com boas intenções declaradas, arriscam-se a:

- a) Criar monopólios estatais forçados e regras imprevisíveis, afastando os investidores de topo e atraindo operadores habituados a ambientes politizados e pouco transparentes;
- b) Destruir a riqueza antes mesmo de ela ser criada, ao forçar a industrialização sem competitividade e subsidiar sectores de forma artificial, tornando os projectos menos rentáveis e, consequentemente, diminuindo a receita de impostos para o Estado; e
- c) A exigência de parcerias forçadas sem critérios claros de competência incentiva a criação de empresas de fachada, que existem apenas no papel para cumprir a lei, enriquecendo uma pequena elite conectada sem desenvolver o tecido empresarial genuíno do país.

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: rui.mate@cipmoz.org

3. A Solução – Substituir Controlo por Transparência e Incentivos Inteligentes

Existem soluções técnicas claras e comprovadas para corrigir estas falhas graves. A filosofia é simples: em vez de o Estado tentar ser um empresário sobrecarregado e um fiscalizador sem meios, deve focar-se em ser um regulador inteligente e transparente. O CIP apresenta algumas propostas, baseadas em boas práticas internacionais, que mostram o caminho:

1. Em vez de ser forçado a ser sócio maioritário em todos os projectos estratégicos (um convite à ineficiência e à corrupção), o Estado deve deter uma “Acção de Ouro”. Isto dar-lhe-ia poder de veto em decisões críticas para a soberania nacional (como a venda de activos), deixando a gestão operacional para um parceiro privado competente, seleccionado por concurso público transparente. O Estado ganha com impostos e *royalties* claros e auditáveis, não com uma co-gestão para a qual não tem capacidade de executar;
2. Em vez de obrigar por decreto o processamento local de minério, o que cria indústrias ineficientes e elefantes brancos, deve-se criar uma taxa de exportação sobre o minério bruto. Essa taxa seria reduzida ou eliminada para as empresas que, de forma comprovada e competitiva, invistam no processamento local. As receitas desta taxa seriam alocadas a um fundo para construir infra-estruturas (energia, logística) que tornem a industrialização viável. Alinham-se os interesses do investidor com os do país; e
3. O Estado admite não ter capacidade técnica para fiscalizar todos os aspectos complexos das operações. A solução não é criar mais agências sem meios, mas sim implementar a transparência por defeito. Todos os contratos, os pagamentos, os relatórios de auditoria e os beneficiários efectivos das empresas devem ser publicados *online*, de forma obrigatória e acessível a qualquer cidadão. A sociedade civil e a imprensa passam a ser os fiscais, aliviando o Estado de uma tarefa que não consegue cumprir e reduzindo drasticamente as oportunidades de corrupção.

Para detalhes mais aprofundados sobre as propostas do CIP, incluindo as recomendações específicas para cada lei, os leitores podem consultar os documentos enviados pelo CIP ao MIREME, publicados na página do CIP nos links: 1. [Comentários a Lei do Conteúdo Local](#), 2. [Comentários a Lei de Minas](#) e 3. [Comentários a Lei de Petróleos](#)

4. Conclusão

As propostas de revisão em debate não são meros ajustes técnicos. Elas definem o carácter do Estado moçambicano e o futuro de gerações. A lógica de controlo estatal directo, poder discricionário e opacidade já demonstrou ser um fracasso em vários países, resultando em corrupção e subdesenvolvimento. Moçambique não precisa de repetir esses erros. As soluções existem e são claras. Recomenda-se ao Governo e ao Parlamento que oiçam as vozes da sociedade civil e dos especialistas independentes. É preciso ter a coragem de abandonar modelos falhados e adoptar mecanismos modernos de governação, baseados em transparência, incentivos e regras claras para todos.

Aos cidadãos moçambicanos chama-se a atenção para o facto de este ser o momento de exigir responsabilidade. A riqueza que está no solo pertence aos moçambicanos. Pressionar por leis justas e transparentes é lutar pelo próprio futuro. Não se pode permitir que uma oportunidade histórica seja capturada por interesses alheios ao povo moçambicano.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



UKaid
from the British people

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Rui Mate

Revisão de pares: Edson Cortez, Gift Essinalo, Lázaro Mabunda e Teresa Boene

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique